

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR (CNPJ 23.453.830/0017-37) BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)			
BALANÇO PATRIMONIAL			
Notas	2025	2024	
ATIVO Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4 25.243.083	10.570.822	
Contas a receber	5 -	5.888.076	
Estoques	6 2.102.183	1.757.888	
Outros créditos	-	340.452	
Despesas antecipadas	-	21.354	
Depósitos judiciais	13 20.799	101.349	
Contratos de gestão	3m 47.546.217	50.048.649	
Total do Ativo Circulante	75.094.721	68.728.590	
Não Circulante			
Imobilizado - Próprio	7a 2.089.155	1.340.024	
Imobiliz. - Contrato de Gestão	7b 2.262.080	2.927.386	
Intangível - Próprio	7c 81.390	102.548	
Intang. - Contrato de Gestão	7d -	2.580	
Total do Ativo não Circulante	4.432.625	4.372.538	
Total do Ativo	79.527.346	73.101.128	
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	8 3.157.072	2.947.903	
Obrigações trabalhistas	9 1.709.379	1.704.243	
Obrigações sociais	10 312.315	267.241	
Obrigações fiscais	-	192.011	
Outras contas a pagar	11 86.549	92.025	
Partes relacionadas	12 167.810	160.149	
Contratos de gestão	3m 47.546.217	50.048.649	
Total do Passivo Circulante	53.171.353	55.388.358	
Não Circulante			
Receitas diferidas	14 2.299.310	3.014.100	
Provisões para contingências	13 250.306	266.932	
Total do Passivo não Circulante	2.549.616	3.281.032	
Patrimônio Social			
Patrimônio social	14.431.738	8.567.019	
Superávit acumulado	9.374.639	5.864.719	
Total do Patrimônio Social	23.806.377	14.431.738	
Total do Passivo e Patrim. Social	79.527.346	73.101.128	
Demonstrações de resultados e de result. abrangentes			
Notas	2025	2024	
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS	68.301.686	55.397.836	
Receita Líquida	68.301.686	55.397.836	
Custos			
Serviços de terceiros	(33.859.113)	(28.153.227)	
Pessoal e encargos	(11.259.603)	(10.610.849)	
Materiais e medicamentos	(8.036.208)	(4.785.636)	
Superávit Líquido	15.146.762	11.848.124	
Despesas			
Pessoal e encargos	(2.814.901)	(2.652.712)	
Impostos, taxas e contribuições	(60.743)	(8.123)	
Depreciação/amortização	(820.154)	(741.851)	
Despesas gerais e administrativas	15 (3.926.019)	(3.962.096)	
Superávit Antes do Result. Financ.	7.524.945	4.483.342	
Finanças Líquidas			
Despesas financeiras	(75.733)	(33.836)	
Receitas financeiras	1.215.885	565.864	
Superávit Antes de			
Outras Despesas e Receitas	8.665.097	5.015.370	
Outras Despesas e Receitas	-	-	
Doações e subvenções	-	-	
Outras receitas e despesas	709.542	849.349	
Superávit do Exercício	9.374.639	5.864.719	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total de resultado abrangentes	9.374.639	5.864.719	
NOTAS EXPLICATIVAS			
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, CEO II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita.			
b. Contrato de Gestão: Considerando o Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2024 celebrado entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidas no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), vigente até 15 de setembro de 2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:			
Âmbito	Legislação	Publicação	
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967	
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCR/DEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.			
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acum.	Total	
Saldos em 31/12/2023	10.892.073	(2.325.054)	8.567.019
Incorp. ao Patr. Social	(2.325.054)	2.325.054	-
Superávit do Exercício	-	5.864.719	5.864.719
Saldos em 31/12/2024	8.567.019	5.864.719	14.431.738
Incorp. ao Patrimônio Social	5.864.719	(5.864.719)	-
Superávit do Exercício	-	9.374.639	9.374.639
Saldos em 31/12/2025	14.431.738	9.374.639	23.806.377
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS			
2025	2024		
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit do Exercício	9.374.639	5.864.719	
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa	-	-	
Depreciação/Amortização	820.154	713.884	
Provisões para Contingências	(16.626)	266.932	
Superávit do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo	10.178.167	6.845.535	
Contas a Receber	5.888.076	(5.888.076)	
Estoques	(344.295)	99.041	
Outros Créditos	176.394	(48.145)	
Despesas Antecipadas	2.973	62	
Depósitos Judiciais	80.550	(36.871)	
Aumento / (Redução) do Passivo			
Fornecedores	209.169	232.854	
Obrigações Trabalhistas	5.136	149.253	
Obrigações Sociais	45.074	8.603	
Obrigações Fiscais	23.863	12.434	
Outras Contas a Pagar	(5.476)	11.307	
Receitas Diferidas	(714.790)	(968.151)	
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	15.544.841	417.846	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(880.241)	(470.031)	
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	9.132	
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(880.241)	(460.899)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes Relacionadas	7.661	57.834	
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	7.661	57.834	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
14.672.261	14.781		
No início do exercício	10.570.822	10.556.041	
No fim do exercício	25.243.083	10.570.822	
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do exerc.	14.672.261	14.781	
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
2025	2024		
Receitas	69.011.228	56.247.185	
Serviços prestados pacientes SUS	68.301.686	55.397.836	
Outras receitas e despesas	709.542	849.349	
(-) Glosas	-	-	
Insumos adquiridos de terceiros	(45.821.340)	(36.900.959)	
Serviços de terceiros	(33.859.113)	(28.153.227)	
Materiais e medic., Desp. gerais e adm.	(11.962.227)	(8.747.732)	
Valor adicionado bruto (1-2)	23.189.888	19.346.226	
Retenções	(820.154)	(741.851)	
Depreciação/amortização	(820.154)	(741.851)	
Valor adic. liq. prod. pela entid. (3-4)	22.369.734	18.604.375	
Valor adic. recebido em transferência	1.215.885	565.864	
Receitas financeiras	1.215.885	565.864	
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	23.585.619	19.170.239	
Distribuição do valor adicionado	23.585.619	19.170.239	
Pessoal e encargos	14.074.503	13.263.561	
Impostos, taxas e contribuições	60.744	8.123	
Despesas financeiras	75.733	33.836	
Superávit / (Déficit) do Exercício	9.374.639	5.864.719	
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			
de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 20 de Fevereiro de 2026. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.			
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilização: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos			
ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:			
Taxa Anual de Depreciação - %			
Aparelhos Med. e Cir.	10%		
Benfeitorias	10%		
Instalações	10%		
Eq. Pedagógicos	10%		
Máquina e Equipamentos	10%		
Móveis e Utensílios	10%		
Móveis e Utensílios Hosp.	10%		
Aparelhos Telefônicos	20%		
Eq. Informática	20%		
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.			
Taxa Anual de Amortização - %			
Direito de uso	20%		
Software	20%		
e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. nReconhecimento de Receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos: Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. k. Patrimônio Líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido			
>>> continua >>>			

>>> continuação >>>

ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m. Contratos de Gestão: A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2025	2024
Caixa em espécie	1.000	1.000
Banco conta movimento	7.525.951	2.946.795
Aplicações financ. de liquidez imediata	17.716.132	7.623.027
Total	25.243.083	10.570.822

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não pos-

suem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER

Contrato 005/2024 - SESPA	2025	2024
Total Circulante	- 5.888.076	- 5.888.076
Aging List	2025	2024
De 06 a 15 dias	- 5.888.076	- 5.888.076
Total	- 5.888.076	- 5.888.076

6. ESTOQUES

	2025	2024
Drogas e medicamentos	111.466	104.338
Materiais de uso do paciente	396.866	390.366
Filmes e químicos	178.751	174.936
Limpeza e higienização	21.462	17.786
Dietas enterais e parenterais	-	-
Materiais de laboratório	46	46
Demais materiais	1.393.592	1.070.416
Total	2.102.183	1.757.888

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL: a. Imobilizado - Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Apar. Telef.	Eq. Informática	Instalações	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Eq. Pedagógicos	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	8.400	-	-	-	566.997	71.994	7.438	5.782	915.074	1.575.685
Aquisições	-	-	41.741	-	93.392	54.875	-	-	-	190.008
Transferências	15.048	-	-	-	(306.801)	(48.049)	-	(5.169)	-	(344.971)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversão depreciação	38	-	-	-	920	1.155	19	44	-	2.176
Depreciação	(1.324)	-	(1.082)	-	(68.600)	(10.359)	(852)	(657)	-	(82.874)
Saldo contábil líquido	22.162	-	40.659	-	285.908	69.616	6.605	-	915.074	1.340.024

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	22.162	- 40.659
Aquisições	- 5.139	193.924
Transferências	-	874
Baixas	-	(25.641)
Reversão depreciação	(2.685)	(523)
Depreciação	(32.849)	(22)
Saldo contábil líquido	19.477	4.616

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Eq. Informática	Instalações	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utensílios Hosp.	Eq. Pedagógicos	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2024										
Saldo inicial	102.706	727	2.800	16.573	1.973.835	774.207	130.732	48.258	3.049.838	
Aquisições	15.980	-	-	-	58.638	101.060	-	-	175.678	
Transferências	(15.048)	-	(7.115)	-	313.916	48.049	-	5.169	344.971	
Baixas	-	-	-	-	(9.132)	-	-	-	(9.132)	
Reversão depreciação	10.529	797	10.932	-	-	-	-	-	22.258	
Depreciação	(21.061)	(168)	(3.817)	(4.381)	(405.202)	(181.365)	(27.345)	(12.888)	(656.227)	
Saldo contábil líquido	93.106	1.356	2.800	12.192	1.932.055	741.951	103.387	40.539	2.927.386	

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	93.106	1.356
Aquisições	-	2.800
Transferências	-	-
Baixas	-	25.641
Reversão depreciação	(22.409)	(399)
Depreciação	(2.800)	(3.372)
Saldo contábil líquido	70.697	957

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	104.345	104.345
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(1.797)	(1.797)
Saldo contábil líquido	102.548	102.548

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	102.548	102.548
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(21.158)	(21.158)
Saldo contábil líquido	81.390	81.390

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Reversão amortização	3.533	3.533
Amortização	(953)	(953)
Saldo contábil líquido	2.580	2.580

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	2.580	2.580
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(2.580)	(2.580)
Saldo contábil líquido	-	-

	2025	2024
8. FORNECEDORES		
Materiais e medicamentos	159.073	150.099
Serviços	1.832.906	1.701.369
Serviços médicos	921.648	861.171
Diversos	243.445	235.264
Total	3.157.072	2.947.903

	2025	2024
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		
Ordenados e salários a pagar	668.364	664.968
Provisão férias	964.183	962.536
Provisões FGTS s/ férias	76.832	76.739
Total	1.709.379	1.704.243

	2025	2024
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
INSS a recolher	62.369	61.557
FGTS a recolher	105.747	97.731
Empréstimos FGTS	45.082	-
IRRF s/ folha a recolher	94.914	106.220
Contr. sindical	4.203	1.733
Total	312.315	267.241

	2025	2024
11. OUTRAS CONTAS A PAGAR		
Seguros a pagar	-	2.433
Verba piso salarial da enfermagem (i)	86.549	89.592
Total	86.549	92.025

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
Passivo		
SEDE ADMINISTRATIVA	167.810	160.149
Total	167.810	160.149

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 167.810 (R\$ 160.149 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

	2025	2024
Provável		
Trabalhista	250.306	266.932
Total	250.306	266.932

b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2025	2024
Possível		
Trabalhista	1.507.522	36.023
Cível	100.000	100.000
Total	1.607.522	136.023

A Entidade manteve o montante de R\$ 20.799 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.

	2025	2024
14. RECEITAS DIFERIDAS: O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2025, refere-se à entrada recurso para imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:		
Imobilizado - contrato de gestão	7.227.336	7.180.431
Intangível - contrato de gestão	645.293	645.293
Total investido em ativo	7.872.628	7.825.724

Deprec./amortiz. acumulada	(5.610.548)	(4.895.758)
Total imobiliz./intang. líquido	2.262.080	2.929.966
Saldo para investimento	37.230	84.134
Total	2.299.310	3.014.100

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de gestão	(1.931.576)	(1.600.741)
Energia elétrica	(904.292)	(1.155.559)
Aluguel de máquinas	(254.562)	(309.227)
Manutenção e conservação	(1.296)	(37.500)
Viagens e hospedagem	(237.818)	(137.387)
Provisões para contingências	-	(266.932)
Outros	(596.475)	(454.750)
Total	(3.926.019)	(3.962.096)

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terc. e RAT/SAT	2.393.636	2.196.542
INSS	2.393.636	2.196.542

COFINS	2.049.051	1.661.935
COFINS	2.049.051	1.661.935
Total	4.442.687	3.858.477

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplic. financ. de liquidez imed.	17.716.132	7.623.027
Contas a receber	-	5.888.076
Total ativos financeiros	17.716.132	13.511.103

Fornecedores	3.157.072	2.947.903
Total passivos financeiros	3.157.072	2.947.903

19. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros

a. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

b. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 005/SESPA/2024 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 15 de setembro de 2026.

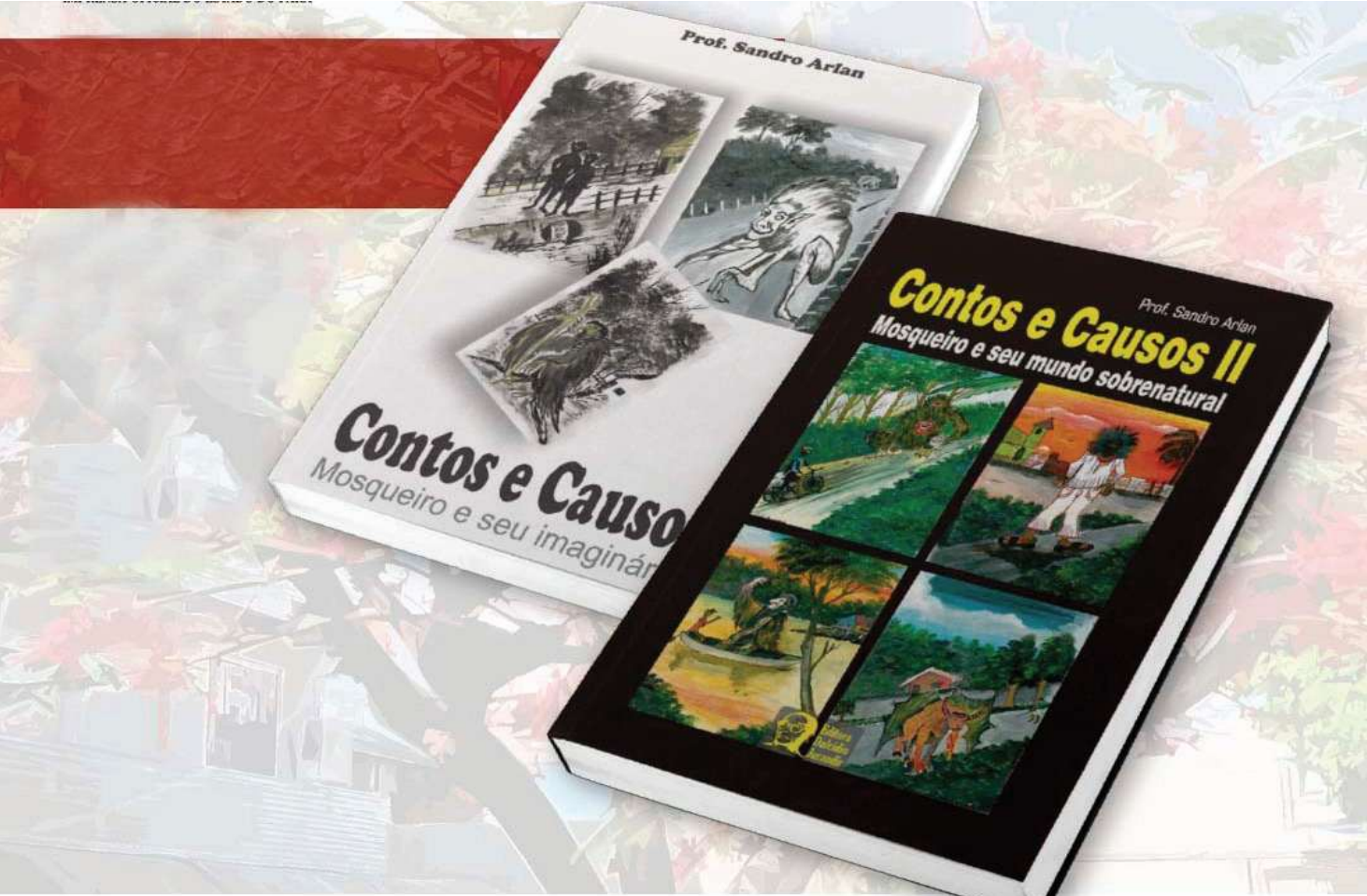
Belém - PA, 20 de Fevereiro de 2026.
Rejane Xavier Soares Gomes - CPF: xxx.612.
831-xx - Diretora Executiva / Jimmy Bryan de Castro Breves - Contador CRC PA-020736/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação - CIIR Belém - PA **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas

>>> continua >>>

>>> continuação >>> contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Transações com partes relacionadas** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum e Sede Administrativa em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 05 de março de 2025, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 20 de fevereiro de 2026. **PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES** - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2. **Heitor Piovam** - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo: 1295312



www.ioepa.com.br



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br.
terça-feira, 24 de fevereiro de 2026 às 07:05:44.